

A nova classe média do Brasil

Como vivem esses 100 milhões de brasileiros e o que eles representam para o futuro do país

"Classe média, eu?" A idéia surpreende Josineide Mendes Tavares, uma manicure de 34 anos, moradora da Rocinha, a favela mais conhecida do Rio de Janeiro. Sua freguesia, formada por mulheres da zona sul, que Josineide atende em domicílio, proporciona uma renda de R\$ 1.500 a R\$ 2 mil por mês. Ela e os dois filhos pequenos vivem numa casinha de 35 metros quadrados. Lá dentro, ela tem uma televisão de tela plana de 29 polegadas, nova, equipada com serviço de TV por assinatura e DVD. Fãs de Cartoon Network e Discovery Kids, as crianças assistem à televisão sentados nas cadeiras de uma pequena mesa de jantar, porque na sala apertada não cabe um sofá. O fogão de quatro bocas é antigo, mas o freezer e a geladeira Josineide acaba de comprar. Na laje, um extenso varal com roupas da moda e uma lavadora de última geração. "Compro tudo em parcelas a perder de vista", diz ela. Ainda faltam um computador e um videogame. Ah!, sim. Josineide quer mais um celular. Ela já tem dois, mas diz precisar do terceiro para estar sempre à disposição da clientela. Josineide e os filhos formam uma família típica da nova classe média brasileira, segundo uma pesquisa divulgada na semana passada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio. De acordo com esse estudo, nos últimos seis anos cerca de 20 milhões de brasileiros deslocaram-se da base para o miolo da pirâmide

www.Materiais.com.br

Anúncios Online

social. Até há pouco tempo classificados como pobres ou muito pobres, eles melhoraram de vida e, como Josineide, começam a usufruir vários confortos típicos de classe média. Sua ascensão social revela uma excelente novidade: pela primeira vez na História, a classe média passa a ser maioria no Brasil. São hoje 52% da população (eram 44% em 2002) – ou 100 milhões de brasileiros, segundo a FGV.

Essa população emergente, com seu desejo de continuar a consumir e seu foco no progresso pessoal, é um sintoma de que o Brasil está melhorando. Em todos os países que alcançaram um alto grau de desenvolvimento econômico e social, a maioria dos habitantes pertence à classe média. Conhecer a nova classe média brasileira é, portanto, fundamental para entender o futuro do Brasil. Quem são essas pessoas? Como melhoraram de vida? Que impacto podem provocar? Quais desafios trazem para o país?

O economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro nos governos militares, diz que a ascensão social em curso é do "mesmo gênero" que a ocorrida nos anos 60 e 70. "Criaram-se empregos industriais com bons salários, que permitiram à população comprar bens a que antes ela não tinha acesso", diz Delfim. A diferença é a ordem de grandeza. A população brasileira aumentou, mudou do ponto de vista educacional e atravessou uma revolução demográfica que reduziu o tamanho da família. "Menos importante que o tamanho da renda é o povo sentir que progrediu", afirma Delfim. "A soma de salário e crédito abundante permite que elas comprem bens de classe média." Essa dinâmica, diz ele, cria a possibilidade de expansão ainda maior da economia, movimenta o mercado e põe mais gente no elevador social.

Para decifrar essa nova realidade, é preciso entender que a classe média desenhada pelas novas estatísticas é bem diferente da imagem consolidada pelo senso comum. Por isso, Josineide, a manicure da Rocinha, não se sente parte do novo estrato social. O que significa, para ela, pertencer à classe média? "É ter filhos estudando em boas escolas particulares, um carro e dinheiro para uma pequena viagem de fim de semana uma vez por mês", afirma. Enquadrar as pessoas em determinada classe social é sempre um processo arbitrário, no Brasil e em qualquer país. Alguns pesquisadores usam como critério apenas a renda. Outros levam em conta fatores como patrimônio, ocupação ou nível de escolaridade. Em sua pesquisa, a FGV definiu como classe média as famílias com renda mensal entre R\$ 1.065 e R\$ 4.591.

Esse universo de 100 milhões de brasileiros é formado sobretudo pelos ex-pobres que acabam de pôr o pé na classe média. Alguns estudiosos chamam esse segmento de classe média baixa, outros falam em classe C. Para muitos, é difícil classificá-los. O certo é que melhoraram de vida. Anos atrás, não tinham conta em banco, consumiam apenas o essencial e seu principal objetivo na vida era chegar ao fim do mês com as contas pagas. Hoje, estão comprando o primeiro carro zero, construindo um cômodo a mais na casa, se vestem melhor. "Nossa maneira de olhar a classe média é meio americana", diz o economista Marcelo Neri, coordenador da pesquisa e diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV. "A classe média tradicional brasileira sempre comparou seu poder aquisitivo ao dos países desenvolvidos."

A expansão da classe média e a redução da desigualdade de renda não são um fenômeno brasileiro apenas. Ele vem ocorrendo simultaneamente – e de forma acelerada – em todas as economias emergentes, sobretudo na China e na Índia. A explosão da classe média teve início há cerca de dez anos, ainda não atingiu seu pico e, segundo se prevê, deve durar pelo menos mais dez anos. Um estudo recente do banco de investimento Goldman Sachs – intitulado O Meio que Cresce – estima que, até 2030, 2 bilhões de pessoas terão se juntado à "classe média mundial", conceito que, para o Goldman Sachs, inclui pessoas (e não famílias) com rendimento mensal entre US\$ 500 e US\$ 2.500. Os analistas Dominic Wilson e Raluca Dragusanu, que assinam o relatório, estimam que, em 20 anos, essa classe média, mais restrita que a descrita pela FGV, será 30% da população mundial.

Tanto o porcentual quanto a rapidez com que ele está sendo atingido são inéditos. Fazem empalidecer até mesmo a formidável mudança do século XIX, quando a maturidade da Revolução Industrial e a rápida urbanização produziram na Europa a primeira classe média da História – com notáveis consequências econômicas, culturais e políticas. Os comerciantes, funcionários públicos, empregados de escritório e profissionais liberais assalariados que constituíram a espinha dorsal desse novo grupo social conseguiram rapidamente converter seu sucesso econômico em poder político e influência cultural. Os ingleses vitorianos, pioneiros da mudança, usaram a imprensa diária que nascia para atacar vigorosamente os privilégios aristocráticos e defender uma sociedade baseada no mérito e no esforço pessoal. Datam dessa época as reformas educacionais que universalizaram o ensino, enfatizando as disciplinas práticas (como Matemática ou Ciência, que interessavam aos novos empreendedores) em detrimento da cultura clássica, associada (injustamente) aos hábitos da aristocracia rural. A sociedade que conhecemos hoje, baseada em princípios como democracia e livre mercado, é, em larga medida, uma extensão dos valores e das formas de organização social e urbana construídas naquele período. Agora, quase 200 anos depois, a nova classe média global pode ter um impacto semelhante sobre o mundo, impondo seus valores e suas ambições ao universo da política, da economia e da cultura. "A ascensão da classe média dos países emergentes vai produzir um espectro de pressões econômicas, sociais e políticas, numa escala que não era vista desde a formação da classe média nos países desenvolvidos, em meados do século XIX", diz o documento do Goldman Sachs. Além do óbvio impacto ambiental e econômico de 2 bilhões de pessoas ingressando no mercado de consumo – algo a que já se atribui a atual inflação dos alimentos e da energia –,

as novas hordas cidadãos trarão consigo preferências estéticas e sociais que não são necessariamente parecidas com as da classe média tradicional. Trata-se, portanto, de entender com urgência os valores dos novos grupos emergentes.

No Brasil, o aumento da classe média e a redução da desigualdade não surgiram de uma hora para outra. A base dessas mudanças está no processo de estabilização econômica, ganhou impulso com a adoção de uma política de transferência de renda e foi acelerada com o crescimento econômico dos últimos anos, gerador de novos empregos e de renda. De acordo com o Data Popular, consultoria especializada em consumo da população de baixa renda, entre 2002 e 2006 a massa de renda em poder da classe C cresceu R\$ 80 bilhões. "Até os anos 90, havia a idéia de que só valia a pena produzir para as classes A e B", afirma o demógrafo e economista Haroldo Torres, diretor do Data Popular. "Agora, as empresas estudam e desenvolvem produtos específicos para as classes C e D." Por causa deles, o Brasil tornou-se em 2006 o terceiro maior fabricante de computadores do mundo, com 6 milhões de aparelhos. Para este ano, a previsão é atingir 13,5 milhões. No setor automobilístico, o país vem batendo recordes de produção todo ano – mais de 70% dos carros são financiados em até 60 meses. No mercado imobiliário, crescem os lançamentos de apartamentos populares, financiados em até 25 anos. Na classe C, a economia funciona a ritmo chinês. "Para a elite, o crescimento do Brasil não é chinês, mas para os pobres é", afirma Neri, da FGV. "É preciso começar a pensar na riqueza dos pobres – e não na sua pobreza."

Historicamente, a classe média é o segmento da sociedade mais obcecado pelo progresso pessoal, pela idéia de melhorar de vida. E isso traz alterações no mundo político. O fortalecimento desse segmento cria também demandas por melhoria na educação, qualidade das empresas e das instituições. Nos países desenvolvidos, a classe média abandona os governos que a contrariam, porque rejeita tudo o que possa atrapalhar seu sonho de progresso. Para o sociólogo Sérgio Abranches, na política a consolidação de uma nova classe média pode trazer ao menos dois benefícios: "O primeiro seria diminuir a dependência dos políticos. O pobre não vai mais precisar pedir favores nos gabinetes, como dentadura, cadeira de rodas e vaga em hospital. Isso significaria o fim do clientelismo". O segundo benefício tem relação com o aumento do nível de exigência aos políticos: "Quando o estágio mais penoso da pobreza é superado, as pessoas vão querer mais informação, mais educação, mais lazer. Começam a ver a cidade de modo diferente. Começam, enfim, a se libertar".

A grande notícia é que o grupo que compõe a nova classe média tem um perfil historicamente discriminado no mercado de trabalho e na distribuição de renda. São basicamente jovens, negros, nordestinos, gente de baixa escolaridade. Muitos passaram a vida na informalidade. Nas próximas páginas, as histórias de cada um desses segmentos e seus desafios para continuar a progredir.

O ranking do PIB

De acordo com o Goldman Sachs, em 2050 os países emergentes ocuparão seis das sete primeiras posições entre as maiores economias do mundo

O sonho da carteira assinada

Se a classe média tradicional sonha com a casa própria, os recém-chegados depositam suas esperanças na conquista do emprego formal com carteira assinada. "Mais que ter um carro, o maior símbolo da nova classe média é o trabalho formal", diz Marcelo Neri, da FGV. Esse sonho foi conquistado pela faxineira Maria Rosária Martines Bianco, de 52 anos. Em fevereiro, conseguiu um emprego fixo numa clínica e carimbou pela primeira vez a carteira de trabalho, tirada há cinco anos. "Quando alguém da minha idade conseguiria uma coisa dessas?" Maria Rosária trabalhou 38 anos na informalidade. Ela tinha 13 anos quando migrou do interior de Minas Gerais para Campinas, no interior paulista. Abandonou a 2ª série do ensino médio para trabalhar como babá. Em 1970, mudou-se para São Paulo.

Na clínica, ela recebe R\$ 1.000 por mês e faz trabalhos no fim de semana. Com o que o marido ganha numa oficina mecânica, a renda do casal é R\$ 2.500 por mês. Nos últimos dois anos, Maria Rosária comprou celular, geladeira, fogão e televisão. Sempre a prazo. Ela se orgulha dos mimos que distribui aos três filhos. "Comprei um enxoval completo para minha filha que vai casar e dei uma festa para meu filho", diz. Depois que as duas filhas mais velhas saíram de casa, as despesas diminuíram. Com o dinheiro guardado, ela não pretende comprar um carro. A poupança servirá para concluir o ensino médio e para uma futura faculdade.

Andres Veras

"Para a elite, o crescimento do Brasil é muito inferior ao da China. Mas para os pobres, não. Eles estão crescendo em ritmo chinês desde 2002."

MARCELO NERI, da Fundação Getúlio Vargas-RJ

Meu primeiro emprego

A casa de Wesley Silva Martini, no bairro da Freguesia do Ó, zona norte de São Paulo, nunca precisou de garagem porque seus pais não tinham carro. Coube ao jovem de 19 anos comprar o primeiro da família, um Corsa zero-quilômetro, financiado em 60 parcelas de R\$ 600. "É minha conquista. Eu me orgulho muito, porque meus pais não conseguiram", diz Wesley. Ele concluiu o ensino médio há dois anos e, dois meses depois, já conquistava seu primeiro emprego como assistente administrativo numa importadora de rolamentos industriais, embora ainda sem registro. Em setembro, trocou a empresa por outra do mesmo setor, para trabalhar com carteira assinada. Com o registro, veio a conta em banco e o acesso ao financiamento para comprar o carro. "Também quero comprar uma casa, mas ainda tenho as parcelas do carro pela frente. O negócio é ficar na empresa até crescer." Hoje, com as comissões, Wesley ganha cerca de R\$ 2 mil por mês. Isso aumentou a renda de sua família para R\$ 3.500. O pai de Wesley é estoquista de supermercado. Sua mãe, secretária numa clínica de psicologia. Eles se orgulham dos primeiros passos do filho único. "Vou ajudar meus pais enquanto puder, porque eles já fizeram muito por mim", diz Wesley, responsável pela maior parte das despesas de casa. A conquista de Wesley é a mesma dos 8 milhões de brasileiros que conseguiram um emprego formal desde 2004. Só em 2007, foram mais de 1,6 milhão de novos empregos no país.

Andres Veras

A inserção racial

Entre os 20 milhões de novos membros da classe média, os brancos são minoria, apenas 12% do total. Cerca de 27% são pardos e 30% negros. Ioneide Vieira de Sousa, de 36 anos, é negra. Nascida em Canto do Buriti, no Piauí, ela chegou a Brasília com 2 anos de idade. Filha de um pedreiro e de uma dona de casa, Ioneide cursa Contabilidade na Unieuro, uma faculdade particular. Paga R\$ 410 por mês. O restante do valor da mensalidade, R\$ 260, é bancado pela Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Fenafisp), onde Ioneide é técnica em contabilidade, trabalho pelo qual recebe R\$ 2 mil. Quando entrou no emprego, nos anos 1990, ganhava salário mínimo. Com o que o marido recebe como almoxarife, a renda da família sobe para R\$ 3 mil. Ela diz que, na infância, sua casa tinha apenas dois quartos. Um para os pais. O outro ela dividia com o casal de irmãos. "O problema maior era o banheiro. Eram cinco pessoas para um banheiro só", afirma. Casada e mãe de dois filhos, Ioneide está pagando o financiamento de sua casa na Cidade Ocidental, município de Goiás distante 50 quilômetros de Brasília. Só faltam dois anos para ela quitar o imóvel. "Minha casa tem 140 metros quadrados. Tem cinco banheiros e quatro quartos. A [memória](#) da infância me fez decidir por esse tanto de banheiro", diz.

Ioneide afirma que, quando criança, comia carne nas refeições apenas uma ou duas vezes na semana. "Hoje, meus filhos comem carne todo dia. Podem até escolher o tipo", diz. Ela paga colégio particular para as crianças. Com o transporte, a despesa chega a R\$ 460 por mês. "Quero que façam inglês. Acho importante para o futuro deles", diz. Ioneide planeja comprar um carro até o fim do ano. "Vai ser usado. Um novinho pesaria muito no orçamento." Ela afirma que sua família se enquadra no perfil da nova classe média. Mas diz que gente de classe média "mesmo" tem uma vida mais confortável: "Não conseguimos almoçar fora com grande frequência. Nossas férias, quando conseguimos tirar, são mais curtas. Não temos regalias". A solução talvez venha em 2009. Quando se formar, Ioneide quer prestar concurso público. "Imagine se eu conseguir passar para o cargo de auditora da Receita Federal? São R\$ 10 mil por mês!", diz.

Munio Ramos

O equilíbrio regional

Com a maior parte da população considerada de baixa renda, com pouco ou nenhum poder aquisitivo, o Nordeste era o retrato da estagnação. Os emergentes da nova classe média começam a mudar a paisagem da região. O taxista Roberto Simeão da Silva, de 54 anos de vida e 15 de volante, faz parte dela. Viver da renda de um taxímetro no Recife nunca foi fácil. São 6 mil carros de praça disputando cada passageiro. Com um salário médio de R\$ 811,30 (abaixo da média nacional de R\$ 1.216,50), é raro o recifense se dar ao luxo de recorrer ao táxi como meio de transporte. Mas Simeão não precisa ler o noticiário de economia para dar seu palpite: "As coisas estão melhorando. Tem mais gente ganhando dinheiro e mais passageiros", diz. Ele afirma que o número de clientes em seu táxi quase dobrou de um ano para cá. Simeão conta que tirava em média R\$ 600 por mês. "Estou trabalhando muito mais. Em alguns meses consigo ganhar mais de R\$ 1.200", diz. Simeão mora com o irmão, desempregado, a cunhada, que trabalha como auxiliar administrativa e recebe R\$ 800 mensais, e o filho, sargento do Exército, que recebeu abono salarial. O taxista calcula que a renda familiar passou de R\$ 2 mil para R\$ 3.500 por mês. "Apesar de ter um desempregado na minha casa, estamos adquirindo bens que

antes não tínhamos.” Simeão diz que ajudou o filho a trocar a moto e que a família comprou uma geladeira nova há três meses. A emergência da nova classe média é um fenômeno nacional, mas afeta mais profundamente as regiões onde a desigualdade é maior. Enquanto o país cresceu 5,4% em 2007, Pernambuco cresceu 5,9%. Se a economia do Nordeste cresceu mais que a média nacional, é natural que o consumo das famílias nordestinas tenha seguido igual ritmo. Responsáveis por quase 20% do consumo nacional, os nordestinos só ficam atrás dos habitantes do Sudeste. “O Bolsa-Família foi o melhor programa de transferência de renda criado pelo governo”, afirma Pierre Lucena, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Dos 60 milhões de brasileiros beneficiados com o programa, 50% vivem no Nordeste. “O poder aquisitivo dessas famílias deverá continuar crescendo. Com isso, mais pessoas tendem a migrar para a classe média”, diz Lucena. Outro fator que está contribuindo para a mudança na pirâmide social nordestina são os investimentos na Região Nordeste pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos nas áreas de energia, transporte, habitação, saneamento e recursos hídricos em 2010, R\$ 80,4 bilhões estão destinados ao Nordeste. Em alguma medida, parte desse dinheiro vai para o bolso da nova classe média.

Marco Bahe

O resgate dos jovens

Dos 20 milhões de novos integrantes da classe média brasileira, o maior contingente é formado por jovens entre 20 e 29 anos. São 56% do total, justamente aqueles que conquistaram seu primeiro emprego. Carlos Alberto Maximiliano de Farias, de 24 anos, é um deles. Carlinhos, como é conhecido no condomínio onde trabalha como ajudante de manutenção, em Brasília, vive uma grande expectativa. Ele disse que a síndica deverá assinar sua carteira de trabalho nas próximas semanas. “Preciso inaugurar esta carteira. Ela está do jeito como foi impressa: em branco. Quero ser fichado logo”, diz. Carlinhos afirma que passará a receber vale-refeição e terá renda melhor. “E tem a segurança do seguro-desemprego, que pode ajudar em horas de aperto.” Ele ganha cerca de R\$ 1.200 por mês. Quase R\$ 600 são do condomínio, com quem tem um contrato. Os outros R\$ 600 vêm de bicos. “Sempre tem um morador que me pede para fazer uma reforma ou um conserto”, diz.

Carlinhos afirma conseguir economizar dinheiro no fim do mês. “Vou guardando até poder comprar à vista. Quero comprar um fogão de R\$ 480. Já tenho R\$ 200 guardados. Quando juntar tudo, vou lá e aremato”, diz. “Esse negócio de ficar pendurado em juros não está com nada.” Carlinhos completou apenas o primeiro grau e se ressentia da falta de mais estudo. “Meu irmão já teria me arrumado emprego numa empresa de alimentos se eu tivesse completado o segundo grau. Vou me matricular no supletivo e, em um ano e meio, consigo completar o ensino médio. Depois, vou atrás de um curso superior. Quero ser médico.”

Murilo Ramos

O gargalo da educação

Aos 17 anos, Carlos Valdo Almeida de Oliveira se “formou” azulejista com a primeira assinatura na carteira de trabalho. Formar é maneira de dizer. Ele conta que nunca fez nenhum curso para o ofício e abandonou a escola depois de completar a 2ª série do ensino fundamental. Diz que aprendeu na prática, com um tio na Bahia, e que começou ganhando R\$ 700. Hoje, com 26 anos, ganha em média R\$ 2 mil por mês fazendo o acabamento de prédios de alto padrão em São Paulo. Afirma que já chegou a tirar R\$ 5 mil, nos meses mais aquecidos. Com a ascensão social, comprou um Logus 1997. Depois trocou por um Gol 1998. Hoje, investe o orçamento no consórcio para comprar a casa de dois quartos e varanda que aluga num bairro de classe média de São Paulo.

Embora sinta dificuldade para escrever – “Troco tudo, confundo o G com o C e com o Ç” –, diz que não pretende voltar a estudar. Fez as contas e concluiu que, para ganhar mais do que ganha hoje, só fazendo faculdade. “Aí só vou me formar com 35 anos. Que empresa vai pagar um camarada com essa idade e sem experiência?” Depois de pesquisar cursos técnicos, nenhum lhe pareceu bom o suficiente para merecer suas horas de descanso. Investimento em educação, agora, só para o futuro filho. “Ele vai estudar em escola paga e fazer faculdade para ser engenheiro”, diz. Há dois anos, Carlos teve de mentir sobre sua escolaridade para entrar numa empresa que pedia ensino médio completo. “Senti vergonha na hora”, diz. “Mas só fiz isso porque foi o próprio engenheiro que me procurou, conhecendo meu trabalho. Ele disse que não iam cobrar meus documentos.”

Entre os brasileiros que ascenderam à nova classe média, mais da metade estudou menos de três anos. Isso significa que eles não terminaram a 4ª série do ensino fundamental. São adultos alfabetizados, mas não tiveram a chance de fixar a leitura, a escrita e as operações básicas. Embora tenham conquistado uma renda maior, essa faixa corre o risco de perder espaço no mercado pela crescente exigência por qualificação profissional. “Eles vão perder a vaga. Os empregadores não querem mais funcionário com dificuldade para ler e fazer conta”, afirma Antônio de Souza Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo. Segundo ele, até na construção civil a procura pelo trabalhador braçal é cada vez menor. “A tecnologia mudou, hoje não tem mais aquela coisa de ficar mudando o monte de areia de lugar. A massa e o gesso chegam prontos, com manual de instrução.”

Segundo o Ministério do Trabalho, os trabalhadores que mais perdem espaço no mercado são os que não completaram a 4ª série.

Entre 2005 e 2006, o saldo entre admitidos e desligados com essa escolaridade foi negativo: menos 120 mil vagas. Com o avanço da tecnologia, a tendência é que se alargue a distância entre a demanda por mão-de-obra qualificada e a oferta de trabalhadores sem estudo. A construção civil é o único setor que continua a contratar trabalhadores sem diploma da 4ª série. O cargo de ajudante de obras, com 27 mil novas vagas, foi o maior responsável por essas contratações em 2006. Em São Paulo, 70% dos trabalhadores da construção civil são semi-analfabetos ou analfabetos.

Enviar esses trabalhadores não-qualificados de volta à escola é o único modo de garantir que eles mantenham estabilidade financeira depois da ascensão. É o que diz o especialista em política educacional Célio da Cunha, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). “O crescimento econômico que colhemos hoje é fruto de uma política consistente. Para continuar crescendo, a mesma lógica terá de ser aplicada à educação”, afirma. Célio defende a adoção de uma política educacional de Estado, que, assim como a economia, não mude de acordo com o governo.

O Brasil ainda tem um longo caminho de investimento em educação para colher seus frutos. Irlanda, Coreia do Sul e Chile colocaram a educação como prioridade na agenda nacional de atenção e investimentos. E levaram pelo menos uma década para começar a ver os resultados. Mas não se arrependeram: a mão-de-obra qualificada e uma população com estudo refletem diretamente na vida econômica do país. O Brasil tem hoje um plano de metas para a qualidade da educação que, se levado adiante, pretende elevar a qualidade de nossas escolas ao nível dos países desenvolvidos até 2021. Problema: o repasse mínimo para a educação básica, recomendado pela Unesco e por outras organizações internacionais, é de 6% do PIB. O Brasil destina 4,7% – e isso inclui o orçamento do ensino superior. Para que mais brasileiros conquistem os confortos da nova classe média e ofereçam uma vida melhor a seus filhos, o país terá de voltar para a escola. E, se quiser seguir a trilha dos países desenvolvidos, nunca mais sair dela. “A falta de políticas públicas específicas para a educação pode ser um freio para a economia nos próximos anos”, diz Neri, da FGV.